

Análise das ações direcionadas ao artesanato Warao

Analysis of actions directed at Warao handicrafts

Rodrigo Marinho Alexandre¹

Resumo

Pessoas migrantes e refugiadas encontram diversas dificuldades durante o processo de deslocamento ao país acolhedor. Para garantir o respeito aos seus direitos básicos e a dignidade humana, essas pessoas praticam atividades que possam gerar renda. Entretanto, para a garantia dessas atividades e o respeito aos direitos humanos, são necessárias políticas públicas direcionadas ao desempenho dessas. Nesse sentido, o artigo tem como finalidade, a partir do caso dos indígenas venezuelanos da etnia Warao que praticam o artesanato, apresentar uma pesquisa das ações desenvolvidas junto ao artesanato Warao no Brasil e analisar as políticas públicas destinadas a esse artesanato e quais são as possíveis razões para a ausência dessas políticas públicas visando identificar se os marcadores sociais presentes nesses grupos contribuem para a execução ou falta dessas políticas públicas.

Palavras-chave: Artesanato; Migrantes; Indígenas; Políticas públicas.

Abstract

Migrants and refugees encounter various challenges during the process of displacement to the host country. In order to ensure respect for their basic rights and human dignity, these individuals engage in income-generating activities. However, to guarantee the continuity of these activities and respect for human rights, targeted public policy is necessary to support them. In this regard, the purpose of this article is to, based on the case of Warao indigenous people from Venezuela who practice craftsmanship, conduct research on the actions developed within the Warao craftsmanship in Brazil and analyze the public policy aimed at this craftsmanship. Additionally, it aims to identify possible reasons for the absence of these public policy in order to determine whether the social markers present in these groups contribute to the implementation or lack thereof of these public policy.

Keywords: Craftsmanship; Migrants; Indigenous People; Public policy.

Introdução

Em 2016, nas ruas de Pacaraima, alguns indígenas Warao vendiam artesanato como meio de subsistência. A presença dos indígenas nesse município de Roraima gerou

¹ Graduando em Ciências Sociais (UFPB). Possui interesse na área de patrimônio cultural, culturas populares e políticas culturais. Atualmente, pesquiso sobre as relações sociais estabelecidas a partir do artesanato.

o incômodo de alguns moradores. Esse incômodo ocasionou a deportação em massa de aproximadamente 200 indígenas, a maioria crianças. A Polícia Federal alegou que a comercialização de artesanato eram impedimentos para a permanência no país de acordo com a legislação da época (Souza, 2016). Essa ação da Polícia Federal marca as dificuldades enfrentadas pelos indígenas Warao em permanecer no Brasil e exercerem as suas culturas e expressões artísticas e como o Estado lidou com a presença deles.

Os Warao são um grupo étnico proveniente da região delta do Rio Oniroco possuindo mais de oito mil anos de existência (Garcia; Heinen, 2000). De acordo com dados da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), a presença Warao ocorre, no Brasil, desde 2014 e foi intensificada a partir de 2020.² Rosa (2020) aponta que foi em 2014 o primeiro registro de deportação pela Polícia Federal contra um grupo de 28 indígenas Warao, composto por 20 crianças e 8 adultos.

Nesse contexto conflituoso entre Estado e indígenas, analisaremos as ações direcionadas ao artesanato Warao. De acordo com dados do Observatório Interativo da População Indígena do Fluxo Venezuelano para o Brasil, organizado pela Organização Internacional para Migrações (OIM)³, maior parte das mulheres Warao tem o artesanato como principal atividade realizada no Brasil, seguida da costura e coleta.

A pesquisa teve como objetivo principal realizar uma análise das políticas públicas direcionadas ao artesanato Warao e da ausência dessas políticas públicas, buscando identificar quais são os principais problemas para a implementação e execução dessas políticas e os motivos da ausência visando identificar se os marcadores sociais presentes nesse grupo interferiram nessa implementação. Rosa, Lima e Aguiar (2021) apontam que existe uma variação no conceito de políticas públicas. Existindo a concepção de Peters (2015), que define as políticas públicas como o conjunto de ações que os governos realizam com o objetivo de modificar a economia e a sociedade. Também existe a concepção de Saraiva (2006) que encara as políticas públicas enquanto um fluxo de

² ACNUR. Os Warao no Brasil. Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes. 2021. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf>> Acesso em 04 de maio de 2024.

³ Informações retiradas do Observatório Interativo da População Indígena do Fluxo Venezuelano para o Brasil. É importante destacar que, em 2023, no site tinha a informação de que aproximadamente 64% das mulheres indígenas praticavam o artesanato na Venezuela. Disponível em: <<https://brazil.iom.int/pt-br/observatorio-interativo-da-populacao-indigena-do-fluxo-venezuelano-no-brasil>> Acesso em 01 de maio de 2024.

decisões com a finalidade de manter um equilíbrio social ou introduzir desequilíbrios para modificar a sociedade. Utilizamos políticas públicas a partir da definição de Dye (2010) buscando analisar a ausência das ações do governo, ou seja, o que o governo deixou de fazer e encaramos isso também como políticas públicas. Essa análise decorre de, ao trabalharmos com grupos minoritários, notarmos uma ausência de políticas públicas e essa ausência também é preciso ser vista como fonte de informação.

Em relação ao artesanato, buscamos utilizar a concepção de Keller encarando o artesanato como “um fenômeno heterogêneo, complexo e diversificado” (Keller, 2014, p.324) que está relacionado em diversas dimensões sociais, culturais, econômicas e institucionais. Portanto, não utilizamos o conceito de artesanato apenas na dimensão econômica ou cultural, mas em todas as dimensões. A abrangência do conceito de artesanato ocorre pelo fato de estarmos trabalhando junto a um grupo étnico em situação de vulnerabilidade socioeconômica ocasionada por diferentes marcadores sociais, tanto como pela situação econômica, como pela cultural e, nesse sentido, o fazer artesanal se relaciona com um caráter de subsistência, como também em um caráter de memória cultural.

As ações direcionadas ao artesanato Warao no Brasil

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do projeto de extensão “Narú Warao – Ações de fortalecimento identitário e geração de renda com indígenas venezuelanos na cidade de João Pessoa, PB” cadastrado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e realizado entre maio de 2023 a julho de 2023. Em um primeiro momento, buscamos realizar um mapeamento das ações direcionadas ao artesanato Warao que estavam disponíveis na *internet*. Utilizando os mecanismos de busca avançada do *Google*, foram procuradas notícias relacionadas às ações divulgadas pelos órgãos, agências, secretarias e jornais. Também foram contatadas, através de e-mails, algumas secretarias de Estado e municipais com a finalidade de obter mais informações sobre as ações direcionadas ao artesanato Warao e à proteção social. Além disso, também foi realizada uma análise das ações nas redes sociais através de palavras-chave e foram mapeadas as redes sociais dos coletivos e grupos de artesãs. Visando ter um panorama geral dessas ações, foram levadas

em consideração as ações realizadas tanto por agentes ligados diretamente ao governo e os agentes sem vínculo direto.

A pesquisa realizou uma análise comparativa entre as políticas de artesanato gerais e as voltadas especificamente aos indígenas Warao, tentando identificar quais problemas são comuns ao artesanato e quais são decorrentes da condição de indígenas migrantes. Essa análise foi realizada através de pesquisas desenvolvidas sobre a condição artesã no Brasil e de informações disponíveis através do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) e dos programas de artesanatos estaduais.

Durante o mapeamento, encontramos algumas ações de comercialização do artesanato, como feiras e salões de artesanato. Entretanto, não consideramos essa comercialização como ação do Estado de incentivo ao artesanato Warao, pois, além de não ser possível mensurar quantitativamente, não era possível conseguir mais informações sobre o resultado dessa comercialização e esse processo perpassa por diversas condições, mas é importante destacar que houve presença do artesanato Warao em feiras, salões de artesanato, pontos de comercialização e eventos em diferentes regiões do Brasil.

As informações disponíveis na internet através dos buscadores são bastante escassas, tanto em razão da limitação dos filtros dos buscadores, como pela falta de divulgação das ações por parte das Secretarias de Estado e Municipais. A maioria das informações sobre as ações se resumiam aos textos informativos. Nesse sentido, foi contatado por e-mail essas Secretarias. Foram priorizados os Estados do Norte com maior número de indígenas Warao e as capitais desses respectivos Estados, levando em consideração a distribuição do painel da ACNUR (ver figura 01).

Em Boa Vista, RR, no ano de 2022, existiu o projeto “Inclusão Digital para Artesãos Indígenas”, realizado pela ACNUR em parceria com o Serviço Jesuíta ao Migrante e Refugiado (SJMR). Esse projeto consistiu na criação de perfis em redes sociais direcionadas à comercialização de artesanato indígena e esses perfis eram administrados pelos próprios indígenas.

Em Belém, PA, a Prefeitura, através do Banco do Povo e da Fundação Papa João XIII (Funpapa), em parceria com a ACNUR, o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB) e Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAC), realizaram um curso de

Empreendedorismo Digital para indígenas Warao. Além disso, possibilitaram a abertura de crédito no Banco do Povo.

Essas duas ações se destacam, pois demonstram uma política pública articulada com diferentes atores e direcionada especificamente ao artesanato indígena. As demais ações encontradas nas outras regiões foram direcionadas à aquisição de matéria-prima e à oficina de produção artesanal. Muitas dessas ações foram mediadas por projetos, coletivos, grupos de pessoas apoiadoras do artesanato com financiamento de Secretarias ligadas à Assistência Social.

Durante o mapeamento foram encontrados alguns projetos sem vínculo direto com o Estado, como o Naru Warao, o Belém Warao e entre outros. A maioria desses projetos está focada na comercialização do artesanato, mas também realizam algumas oficinas visando à qualificação técnica do artesanato. O Belém Warao foi um *Instagram* voltado à comercialização de artesanato criado por pessoas voluntárias. Entretanto, posteriormente, a administração da página no *Instagram* foi passada para o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB).

Além disso, foram encontradas ações realizadas por universidades, como no caso da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). As ações realizadas no âmbito da UERN se concentraram na aquisição de matéria-prima. Em relação à UFPB, as ações foram de apoio logístico à participação no Salão do Artesanato no âmbito de um projeto de extensão.

Criamos um mapa utilizando o painel de indígenas venezuelanos cadastrados no Cadúnico elaborado pela ACNUR com dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Figura 1 - Mapa de Indígenas Venezuelanos Cadastrados no CadÚnico



Fonte: elaboração própria com dados do ACNUR e do MDS⁴.

A consulta a esse painel se deu em razão de dois fatores: a base do CadÚnico mostra a quantidade de indígenas por unidades federativas e indica as ações, por parte das Secretarias de Estado e Municipais, direcionadas ao cadastro deles. E, nesse sentido, pelo fato de permitir visualizarmos quais são as localidades em que possuem a maior atuação estatal. É importante destacar que o painel se refere ao cadastro de indígenas venezuelanos, não abarcando apenas os Warao, mas eles são a maior etnia presente no Brasil, seguida dos Pemon, Eñepa e Kariná, respectivamente. Com isso, foram consultados os Estados com maiores cadastros de indígenas no CadÚnico e realizado uma comparação com as ações direcionadas ao artesanato Warao.

⁴ Painel de Pessoas Indígenas Venezuelanas incluídas no CadÚnico com dados de Abril de 2023.

Disponível em:

<<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjlmNzdiODctYjMwZC00NjkzLWl0YzctY2VmZDdjYzJmMDQxIiwidCI6ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTJjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOiJh9>

> Acesso em 10 de junho de 2023.

Figura 2 - Mapa das ações direcionadas ao artesanato Warao



Fonte: elaboração própria.⁵

Com base na pesquisa citada no começo do tópico, sistematizamos os dados obtidos e distribuídos por regiões. Esse mapeamento mostrou um contraste entre essas ações com o número de indígenas cadastrados no CadÚnico. Estados como o Amazonas, com o terceiro maior número de indígenas cadastrados, foi apenas encontrada uma ação direcionada ao artesanato. Fora da região Norte, o Distrito Federal é o território com mais indígenas cadastrados e possui apenas uma ação. Contudo, o Pará possui, em relação aos outros Estados, um expressivo número de ações.

Quais são as políticas públicas direcionadas ao artesanato “brasileiro”?

No Ceará, no ano de 2020, de acordo com reportagem de Feitosa (2020), as principais ações destacadas pelo governador foram isenção fiscal do Imposto sobre

⁵ As informações e dados disponíveis na *internet* foram organizados em uma planilha para montar o mapa. Disponível em: <<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1czgxQti9DNxGeAuYDmN2AZzqfd-ar4YuqodOj2o6K1k/edit?usp=sharing>> Acesso em 20 de maio de 2024.

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a certificação do Selo Ceart, oficinas de capacitações e a abertura de pontos de comercialização. Na Paraíba⁶, em 2020, as principais ações destacadas pelo Programa do Artesanato Paraibano (PAP) foram o retorno do Salão do Artesanato à orla marítima, a restauração da Casa do Artista Popular Janete Costa e a criação do Centro de Referência da Renda Renascença. Em Minas Gerais, de acordo com as ações divulgadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, em 2023, a maior parte das ações focalizou na comercialização do artesanato em feiras, como a 34^o Feira Nacional⁷.

No âmbito nacional, com apoio dos governos estaduais, existe a Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar n^o 195/2022) que, apesar de não ser focada exclusivamente para o artesanato, pode ser utilizada por artesãos e artesãs, dependendo da organização.

A base conceitual do artesanato faz referência às culturas estrangeiras, dizendo que “serão aceitos produtos artesanais com referências a culturas estrangeiras, desde que tenham sido assimiladas por localidades com tradição imigratória” (Brasil, 2018, p.6). Além disso, na mesma portaria, também é possível o registro de artesãos estrangeiros. Com isso, a legislação atual, apesar de defender uma visão assimilacionista, possibilita o artesanato criado por pessoas estrangeiras.

Podemos perceber que a maior parte das ações focaliza em financiamento de comercialização, através de feiras e pontos de inauguração, a isenção fiscal e a carteira de artesão. Além disso, as ações também focam em um caráter regional, destinadas ao artesanato local de seus respectivos Estados, colocando o artesanato como algo ligado à construção de seu próprio Estado.

A ausência do Estado e o artesanato “migrante”

O que explica a ausência das políticas públicas direcionadas ao artesanato Warao? Em um primeiro momento, essa ausência pode ser explicada a partir de um argumento

⁶ Paraíba. Ações do Programa do Artesanato em 2020 são destaque no Fala Governador. 2020. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/acoes-do-programa-do-artesanato-em-2020-sao-destaques-no-fala-governador>> Acesso em 05 de Abril de 2024.

⁷ Agência Minas. Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico destaca políticas públicas que impulsionaram Minas em 2023. 2024. Disponível em: <<https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/secretaria-de-estado-de-desenvolvimento-economico-destaca-politicas-publicas-que-impulsionaram-minas-em-2023>> Acesso em 05 de Abril de 2024.

errôneo que aponte o baixo número de indígenas Warao, um desinteresse pela prática do artesanato ou pela questão da prioridade das ações governamentais. Entretanto, esses argumentos não possuem fundamentos, pois, como apontado ao decorrer do texto, existe um número expressivo de indígenas e migrantes venezuelanos presentes no Brasil e, como apontado na introdução do artigo, maior parte das mulheres Warao praticam o artesanato no Brasil.

Pessoas refugiadas e migrantes encontram, durante o processo de deslocamento, adversidades que perpassam por aspectos econômicos, culturais e sociais. O artesanato e as expressões artísticas possibilitam a diminuição desses problemas. De acordo com Broti (2022), nos casos de pessoas refugiadas e migrantes, o artesanato e a arte possibilitam a geração autônoma de renda e o reconhecimento da identidade individual e coletiva em conjunto com a sociedade acolhedora e, desse modo, ocorre um processo de inclusão social, cultural e econômica. Além disso, a autora também aponta como o artesanato e as artes contribuem para a preservação da memória do seu país de origem.

Os dados trazidos pela pesquisa apontam que a maior parte das ações desenvolvidas pelos governos Estaduais e Municipais estão concentradas em Secretarias ligadas à Assistência Social. Essas ações são importantes para a garantia da dignidade dos indígenas. Entretanto, a falta de articulação com outras Secretarias ligada à Cultura pode representar uma desvalorização das manifestações culturais dos migrantes e refugiados e apresentar problemas na relação da sociedade acolhedora com as práticas culturais. De acordo com Cavalcanti (2005), no Brasil, existe uma ideia de que as culturas populares são responsáveis pela “alma” e a identidade profunda do país. Essa ideia traz problemas para a diversidade cultural e para a integração de outras culturas. A cultura tendo como papel exclusivo de criar uma identidade nacional acaba por desvalorizar culturas de pessoas migrantes e refugiadas, pois elas não são vistas como elementos estruturantes da cultura nacional. Essa ideia pode estar presente nas atuações desses órgãos ligados à cultura e, talvez, possa explicar a ausência de ações direcionadas ao artesanato Warao no âmbito cultural.

O fortalecimento das manifestações culturais desses povos contribui para a sociabilidade e para aceitação perante a sociedade. Durante o deslocamento Warao ao Brasil, foi possível notar diversos ataques xenofóbicos e a ausência dessa diversidade

cultural no país acolhedor contribui para esses ataques e para um processo de desumanização. Com isso, se faz importante uma política pública intersetorial passando pela Secretaria de Assistência Social até a Secretaria de Cultura. Como foi possível notar durante a pesquisa, a maior parte das ações era direcionada à compra de matéria-prima e à oficina de produção. Notamos uma ausência de outras ações, como ações de apoio às viagens, a presença nas redes sociais, à precificação dos produtos, ao *designer*. Além disso, também notamos a falta de profissionais especializados para atuação com indígenas Warao.

Almeida (2018), ao abordar o racismo institucional, vai dizer que

A desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (Almeida, 2018, p.30).

Nesse sentido, as instituições são controladas por grupos raciais que impõem os próprios interesses, com isso, não podemos desconsiderar a ausência das políticas públicas, pois isso, em certa medida, seria desconsiderar os interesses das pessoas que fazem parte das instituições.

Em relação ao artesanato “migrante” ou “estrangeiro”, é importante destacar a contribuição trazida por Maria Laura Viveiro de Castro Cavalcanti, ela diz que “as pessoas trocam experiências entre si todo tempo, circulam entre diferentes regiões, migram, se influenciam, modificam-se às vezes para realçar diferenças recíprocas” (Cavalcanti, 2005, p.3). Ela diz isso na finalidade de explicar a diversidade das culturas populares e, nesse sentido, podemos perceber a problemática em conceituar o artesanato em “migrante”, “nacional”, “regional”, pois as práticas do saber fazer se relacionam com diferentes regiões, pessoas e culturas. Logo, as políticas públicas devem abranger a diversidade cultural.

Conclusão

A partir do caso do artesanato Warao, podemos refletir acerca das políticas públicas destinadas à preservação e ao incentivo de culturas migrantes e refugiadas. Mesmo o foco principal da pesquisa ser indígenas Warao, ela permite pensarmos sobre a relação entre agentes implementadores de políticas públicas com grupos minoritários,

como LGBTQIA+, mulheres, pessoas negras e outros grupos. Notamos que existe uma diferenciação, apesar de, a princípio, não ser uma discriminação direta, com esses grupos. A principal diferenciação ocorre justamente na ausência de algumas políticas públicas e na falta de profissionais especializados para trabalharem com grupos em situação de vulnerabilidade durante a execução e elaboração das políticas públicas existentes.

No caso Warao, após determinações do poder judiciário e da pressão de organizações ligadas aos direitos humanos e de proteção aos povos indígenas, o governo passou a implementar ações destinadas à proteção social dos indígenas, como o acolhimento em abrigos, cadastros em programas sociais, escolarização de crianças. Entretanto, essas ações consistiram em algo reativo visando responder às demandas dessas organizações. Ao se tratar de temas mais amplos, como as expressões culturais desses povos, os governos Estaduais, Municipais e Federais, em sua maior parte, negligenciaram e colocaram como algo secundário. Essa negligência pode ocorrer por diferentes motivos. Na nossa visão, o principal motivo é decorrente de uma visão da cultura como um meio para a construção do país, de uma região, servindo como elemento da identidade nacional ou regional. As pessoas migrantes e refugiadas, nessa visão, não fazem parte dessa construção, pois os elementos trazidos por eles são “externos” ao país, mas essa visão não abarca a importância da diversidade cultural, pois as culturas não são homogêneas, elas, como aponta Cavalcanti (2005), passam por processos de relações entre as pessoas.

Outro ponto é que a diversidade cultural também serve como papel importante na promoção dos direitos humanos através da integração das pessoas migrantes e refugiadas com a sociedade acolhedora. Através do compartilhamento das suas manifestações culturais, os residentes do país que acolhe acabam conhecendo as práticas e costumes de outros povos e isso permite uma receptibilidade maior. Com isso, percebemos que as políticas públicas devem seguir um modelo intersetorial abarcando diferentes secretarias.

Referências

ACNUR. **Os Warao no Brasil. Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes.** 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf>> Acesso em 04 de maio de 2024.

Ações do Programa do Artesanato em 2020 são destaque no Fala Governador. **Governo da Paraíba**, Paraíba, 2020. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/acoes-do-programa-do-artesanato-em-2020-sao-destaques-no-fala-governador>> Acesso em 05 de Abril de 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** (Org.) Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. Portaria nº 1.007-SEI, de 11 de junho de 2018. **Institui o Programa do Artesanato Brasileiro, cria a Comissão Nacional do Artesanato Brasileiro e dispõe sobre a base conceitual do artesanato brasileiro.** Brasília, Distrito Federal, 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34932949/do1-2018-08-01-portaria-n-1-007-sei-de-11-de-junho-de-2018-34932930>

BROTI, Mônica. As artes e os artesanatos como lugares de memória e de acolhimento para migrantes e refugiados. In: **Todas as Artes, Todos os Nomes: II Congresso Internacional Lusófono.** Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2022, pag. 302-312. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/19481.pdf>> acesso em 15 mar. 2024.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Duas ou três coisas sobre folclore e cultura popular. In.: **Anais do Seminário Nacional de Políticas Públicas para as culturas populares.** Brasília: Ministério da Cultura, 2005, pag. 28-33. Disponível em: <https://rfp.sesc.com.br/moodle/pluginfile.php/1254/mod_resource/content/2/Texto_cultura_popular_Adriana_Rodrigues.pdf> acesso em 16 mar. 2024.

DYE, Thomas. **Understanding public policy.** 13 ed. Boston: Longman, 2010.

FEITOSA, Larissa. Dia do Artesão: conheça as ações de fortalecimento promovidas pela CeArt. **CeArt**, Ceará, 18 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2020/03/18/dia-do-artesao-conheca-as-acoes-de-fortalecimento-promovidas-pela-ceart/>> Acesso em 10 mar. 2024

KELLER, Paulo Fernandes. Trabalho artesanal e cooperado: realidades, mudanças e desafios. In.: **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 1, p.29-40, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/15646>>. Acesso em: 12 maio. 2024.

GARCÍA CASTRO, Álvaro; HEINEN, Dieter. Las Cuatro Culturas Warao. Tierra Firme. **Revista arbitrada de Historia y Ciencias Sociales.** Caracas: N° 71. Tercer trimestre (Julioseptiembre), 2000.

Observatório Interativo da População Indígena do Fluxo Venezuelano para o Brasil. **OIM Onu Imigração**, Brasil, 01 ago. 2023. Disponível em: <<https://brazil.iom.int/pt-br/observatorio-interativo-da-populacao-indigena-do-fluxo-venezuelano-no-brasil>> acesso em 01 de maio de 2024.

PETERS, Guy. **Advanced introduction to public policy**. Massachusetts: Edward Elgar, 2015.

ROSA, Júlia Gabriele Lima da. LIMA, Luciana Leite. AGUIAR, Rafael Barbosa de. **Políticas Pública**: Introdução. Porto Alegre: Jacarta, 2021.

ROSA, Marlise. **A mobilidade Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito**: reflexões a partir das experiências em Manaus-AM e de Belem-PA. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social)—Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/72/teses/905159.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). **Coletânea Políticas Públicas**. v.1. Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42.

Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico destaca políticas públicas que impulsionaram Minas em 2023. **Agência Minas**, 2024. Disponível em: <<https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/secretaria-de-estado-de-desenvolvimento-economico-destaca-politicas-publicas-que-impulsionaram-minas-em-2023>> Acesso em 05 de Abril de 2024.

SOUZA, Janaína. Crise na Venezuela: O repúdio das instituições dos Direitos Humanos contra a deportação em massa dos índios Warao. **Amazônia Real**, 29 dez. 2016. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/crise-na-venezuela-o-repudio-das-instituicoes-dos-direitos-humanos-contra-a-deportacao-em-massa-dos-indios-warao/#:~:text=N%C3%A3o%20foi%20a%20primeira%20vez,em%20Santa%20Elena%20do%20Uair%C3%A9n.>> Acesso em: 09 jun. 2023.